APROVAR A PEC É CONQUISTAR RECURSOS ESTÁVEIS PARA A SAÚDE

A saúde é um direito de todos. Para garantir esse direito é preciso assegurar recursos suficientes e estáveis. A PEC da Saúde garante estabilidade e evita cortes nos orçamentos. Mesmo assim, a vinculação de recursos da União, dos Estados e Municípios ainda será insuficiente para satisfazer plenamente as necessidades e os direitos de todos os cidadãos com a saúde. Mas uma coisa é certa: os gestores poderão planejar com recursos garantidos.

O Brasil é um país rico que pouco investe em saúde. Os gastos públicos em saúde não alcançam R$ 200 per capita. Os países desenvolvidos investem entre US$ 800 a US$ 2000 per capita. Os países chamados do terceiro mundo investem entre US$ 300 a US$ 500 por cidadão/ano.

A sociedade brasileira elegeu o setor saúde como prioridade nacional. Aprovar a PEC da Saúde representa um avanço importante nesse resgate da enorme dívida social do país.

APROVAR A PEC DA SAÚDE É DEFENDER A CIDADANIA!

BIBLIOTECA
Ministério da Saúde
Registro
FDO 994
29/12/00 x2

QUAL A RELAÇÃO ENTRE A PEC E OS CONSELHOS DE SAÚDE?

Os conselhos de saúde são instâncias de controle social que existem em todo o país. Têm caráter pluralista e deliberativo. A sua tarefa é formular diretrizes para a política de saúde, acompanhar as ações sanitárias, fazer críticas e sugestões para o aperfeiçoamento do SUS.

Um exemplo da atuação foi no processo de elaboração e acompanhamento da PEC da Saúde no Congresso. O Conselho Nacional de Saúde colaborou nas negociações e construção do consenso político em torno da proposta na Câmara dos Deputados e no Senado. Nas duas Casas, ajudou a sensibilizar os parlamentares sobre a importância social do projeto.

Se você quiser saber um pouco mais sobre o controle social e a PEC da Saúde entre em contato com os conselhos de Saúde:

Gestor
Local
Distrital
Municipal
Estadual

O conselho Nacional de Saúde também possui uma página na Internet com informações. O endereço da *home page* do CNS é:
conselho.saude.gov.br

O *e-mail* para você encaminhar suas dúvidas e sugestões é: **cns@saude.gov.br**

Editora CEDESA/SE/MS - Agosto de 2000

Conselho Nacional de Saúde

MINISTÉRIO DA SAÚDE

GOVERNO FEDERAL
Trabalhando em Todo o Brasil

MOVIMENTO EM DEFESA DA SAÚDE

PEC DA SAÚDE – o caminho para o financiamento do SUS

Brasília - 2000

O QUE É O SUS?

Todo brasileiro tem direito à prevenção e recuperação da saúde. São indispensáveis o diagnóstico precoce, o tratamento médico-hospitalar, os exames e os outros serviços prestados pela rede pública de saúde.

O SUS é um modelo de atendimento que completou em 2000 uma década de existência. Desde sua criação pela Constituinte de 1988 busca o cumprimento de suas diretrizes básicas:

. Universalidade
. Integralidade
. Eqüidade
. Descentralização
. Participação da Sociedade

O QUE O CIDADÃO PENSA DO SUS?

Hoje, infelizmente, o cidadão ainda é obrigado a conviver com uma série de problemas que prejudicam o desempenho do SUS.

No entanto, há uma série de melhorias registradas. Para se ter uma idéia, mais de 80% dos procedimentos de alto risco (cirurgias cardíacas, transplantes, etc.) são realizados em hospitais públicos e conveniados ao SUS.

A maioria da população confia no Sistema Único de Saúde. É o que mostra uma pesquisa do IBOPE. Confira:
. 75% da população usuária do SUS classifica-o como bom ou ótimo;
. 71% garantem que sempre foram bem atendidos;
. 42% identificam uma evolução no modelo de saúde pública.

QUAL O MAIOR PROBLEMA DO SUS?

Com uma estrutura nacional, o SUS se defronta com a baixa quantidade de recursos para desenvolver as ações e serviços de saúde para toda a sociedade brasileira. Cento e vinte e cinco milhões de brasileiros dependem exclusivamente dos serviços públicos de saúde.

Infelizmente, a saúde não tem sido prioridade para vários governos. Isso se comprova pela série de arrochos e constrangimentos orçamentários impostos ao SUS.

EXISTE SAÍDA PARA ESSA CRISE?

Em 93, apareceu a idéia de vincular recursos dos orçamentos da União, Estados e Municípios ao SUS. Foi quando surgiu a chamada PEC da Saúde.

Somente seis anos depois o projeto foi aprovado pela Câmara Federal, graças aos movimentos populares marcados por uma ação pluripartidária.

O mesmo processo de mobilização aconteceu no Senado, onde a resistência de alguns setores políticos atrapalhou a tramitação da Proposta de Emenda Constitucional da Saúde. Neste momento, a vontade da população representada nos órgãos de controle social se fez presente garantindo sua aprovação.

O QUE É A PROPOSTA DE EMENDA CONSTITUCIONAL (PEC) DA SAÚDE?

Para entender o que é a PEC da Saúde vamos contar uma história.

"Uma família pobre sempre tinha pouco o que comer. Mesmo assim, toda vez na hora do almoço aparecia um convidado. O pai, como era hospitaleiro por natureza, não pensava duas vezes. Mandava reduzir a porção de comida de todos os filhos para oferecer um prato também à visita. Mas a mãe não gostava da idéia e para garantir a saúde das crianças baixou uma regra: na casa, os adultos convidados ou não, só poderiam se servir depois dos pequenos. Resultado: os meninos e meninas cresceram fortes e saudáveis".

A PEC da Saúde faz o mesmo pelo SUS. Impede cortes no orçamento da saúde, evitando o fechamento de hospitais e laboratórios, além de garantir o funcionamento de programas e projetos que assistem a milhões de cidadãos.

QUANTO A PEC GARANTE EM RECURSOS?

Com a PEC aprovada:
. A União vai ter que agregar 5% a mais ao Orçamento da Saúde com base no repasse de 1999. O reajuste fica atrelado à variação nominal do Produto Interno Bruto (PIB);
. os Estados teriam que gastar, no mínimo, 7% dos seus orçamentos com saúde. O percentual chegaria a 12% até 2004;
. os Municípios comprometeriam 7% de suas contas, chegando a 15% também em 2004.